



CONVENÇÃO SOBRE MUNIÇÕES CLUSTER

UM TRATADO PARA PÔR FIM A DÉCADAS DE SOFRIMENTO
DA POPULAÇÃO CIVIL



CICV



CICV

Comitê Internacional da Cruz Vermelha
19, avenue de la Paix
1202 Genebra, Suíça
T +41 22 734 60 01 F +41 22 733 20 57
shop@icrc.org www.icrc.org
© CICV, julho de 2017

Foto da capa: A. Brooks/CICV

CONVENÇÃO SOBRE MUNICÕES CLUSTER

UM TRATADO PARA PÔR FIM A DÉCADAS DE SOFRIMENTO
DA POPULAÇÃO CIVIL



Após o conflito de 2003 no Iraque, encontraram-se submunições não detonadas espalhadas em muitas áreas povoadas.

A Convenção sobre Munições Cluster foi adotada para lidar com um grave problema humanitário: os níveis inaceitáveis de morte, lesões e sofrimento causados por munições cluster. Essas armas, que foram projetadas para espalhar grandes quantidades de submunições explosivas sobre áreas extensas, apresentam um grave perigo aos civis, tendo consequências duradouras para comunidades afetadas pela guerra.

Há muito tempo que as munições cluster representam um problema em termos humanitários. Embora empregadas em somente algumas dezenas de conflitos armados durante os últimos 40 anos, esse tipo de armamento matou ou mutilou dezenas de milhares de civis, tanto ao explodir com o impacto em um conflito armado, como após os combates, quando as submunições não detonadas que ficaram abandonadas no solo explodiram ao serem tocadas. Em muitos casos, aparecem vítimas decorrentes desse tipo de submunições anos, e mesmo décadas, após o fim do conflito.

Em maio de 2008, a comunidade internacional tomou medidas decisivas para pôr um fim ao sofrimento causado por essas armas. Uma conferência diplomática realizada em Dublin, na Irlanda, com a participação de 132 Estados, adotou a Convenção sobre Munições Cluster. Este tratado internacional proíbe o uso, o desenvolvimento, a produção, o armazenamento e a transferência de munições cluster. Do mesmo modo, exige que os países que as possuem destruam os seus estoques. Além disso, o tratado obriga os países com submunições não detonadas nos seus territórios a removê-las. Contém ainda disposições dinâmicas com relação à assistência às vítimas, suas famílias e comunidades afetadas. Os Estados Partes da Convenção também devem apoiar os outros Estados a cumprirem com as suas obrigações. A adoção da Convenção foi um passo monumental para acabar com o sofrimento causado por essas armas, tendo os Estados Partes feito avanços significativos para esse propósito desde então.



O QUE SÃO MUNIÇÕES CLUSTER?

As munições cluster são lançadas por aviões, artilharia, morteiros, foguetes ou mísseis. Elas liberam e espalham submunições explosivas sobre uma grande área. Dependendo do modelo, o número de submunições pode variar de várias dezenas a mais de 600. A zona-alvo sobre a qual são lançadas pode exceder os 30 mil metros quadrados. A maioria das submunições cai aleatoriamente e estas deveriam explodir no momento do impacto quando atingem o solo, porém muitas não o

fazem. Muitos militares consideram essas armas eficazes contra alvos múltiplos espalhados em áreas extensas (p. ex., tanques, veículos blindados, tropas, etc.). Porém, nos conflitos em que foram usadas, especialmente em áreas povoadas ou urbanas, as munições cluster causaram grandes quantidades de vítimas civis durante as hostilidades e muito tempo depois do fim dos combates. Há milhões desses dispositivos nos arsenais de alguns Estados.



PAÍSES COM VÍTIMAS CONFIRMADAS DE MUNIÇÕES CLUSTER*

Afganistão, Albânia, Angola, Bósnia-Herzegovina, Camboja, Chade, Colômbia, Croácia, Eritreia, Etiópia, Geórgia/Ossétia do Sul, Guiné-Bissau, Iêmen, Iraque, Israel, Kosovo**, Kuaíte, Laos, Líbano, Líbia, Marrocos (Saara Ocidental), Montenegro, Moçambique, República Democrática do Congo, Rússia (Tchetchênia), Serra Leoa, Sérvia, Síria, Somália, Sudão, Sudão do Sul, Tadjiquistão, Uganda, Ucrânia e Vietnã.

*Fonte: Coalizão contra Munições Cluster, Monitor de Munições Cluster de 2016, setembro 2016.

**Kosovo declarou a sua independência da Sérvia unilateralmente em 17 de fevereiro de 2008. A sua situação ainda é disputada.

DO LAOS AO IÊMEN

Laos vem enfrentando a questão das munições cluster há décadas. Aproximadamente 270 milhões de submunições explosivas foram lançadas no país entre as décadas de 1960 e 1970. Dezenas de milhões deixaram de explodir como deveriam e continuam ameaçando as vidas e a integridade física das pessoas até hoje. A Autoridade Regulatória Nacional, o principal órgão governamental que supervisiona a remoção dos resíduos explosivos de guerra no Laos, calcula que 14 das 17 províncias do país e um quarto de



“Esta menina de 17 anos, do sul do Líbano, perdeu a perna quando explodiu uma submunição não detonada, trazida para casa pelo seu pai.”

todos os seus povoados estão contaminados pelos resíduos, cuja principal categoria são as submunições não detonadas. Em 2014, aproximadamente 67 quilômetros quadrados de terra contaminada foram limpos e quase 60 mil submunições não detonadas foram destruídas.

Fonte: Monitor de Minas Terrestres e Munições Cluster, Relatório por país: Laos – <http://www.the-monitor.org/en-gb/reports/2016/lao-pdr/mine-action.aspx> (em inglês).

Em 2006, um conflito de 34 dias deixou o sul do Líbano coberto com submunições não detonadas. No final de 2014, e apesar dos contínuos esforços de remoção, 799 áreas – contabilizando mais de 17,85 quilômetros quadrados – foram identificadas como estando contaminadas com essas armas. Mais de 700 pessoas foram mortas ou feridas pelas munições cluster durante e depois do conflito.

Fonte: Monitor de Minas Terrestres e Munições Cluster, Relatório por país: Líbano – <http://www.the-monitor.org/en-gb/reports/2016/lebanon.aspx> (em inglês).

Recentemente, foram elaborados relatórios sobre o uso de munições cluster no Iêmen, Líbia, Sudão, Sudão do Sul, Síria e Ucrânia.* Embora não sejam conhecidas toda a magnitude e as consequências do seu uso nesses países, os relatórios indicam que, em alguns desses contextos, quantidades significativas de submunições não detonadas estão dispersas provocando um elevado número de vítimas civis.

** Fonte: Coalizão contra Munições Cluster, Monitor de Munições Cluster de 2016, setembro 2016.*



Anadolu Agency/Getty Images

Resíduos de bombas cluster, incluindo submunições explosivas, espalhadas no chão.

UM LEGADO TRÁGICO

Os efeitos severos das munições cluster já foram comprovados inúmeras vezes. Desde o primeiro lançamento registrado, no porto inglês de Grimby (1943), até o seu uso em conflitos mais recentes, as munições cluster tiveram um custo muito alto para os civis durante e após os confrontos.

Durante as hostilidades – As munições cluster são projetadas para terem um impacto devastador durante as batalhas ao espalharem grandes quantidades de submunições explosivas sobre áreas muito extensas, a fim de destruírem alvos militares múltiplos. Alguns modelos liberam centenas de submunições sobre mais de 30 mil metros quadrados de território. Em áreas povoadas, o número de vítimas civis é quase sempre elevado. Por causa da queda livre, do uso incorrecto, do vento ou de outros fatores externos, essas munições podem atingir áreas bem distantes dos alvos.

Quando terminam os combates – Uma grande proporção de submunições que foram lançadas ou disparadas não explode, devido a falhas no fusível primário. Como resultado, áreas extensas são contaminadas com material bélico mortalmente explosivo. Milhares de civis morreram ou foram feridos ao se depararem com esses dispositivos. A presença deles faz com que a agricultura e outras atividades essenciais se tornem extremamente perigosas. Também dificulta a reconstrução e o desenvolvimento da infraestrutura, como estradas, ferrovias e usinas de energia. As formas e as cores chamativas dessas pequenas bombas atraem muitas vezes as crianças que naturalmente as recolhem. Com frequência, o resultado é a morte ou a mutilação. Hoje em dia, existem 25 países com áreas contaminadas pelas munições cluster.



L. Ramirez/AFP/Getty Images

Um perito militar de desativação de bombas da Colômbia abre a cápsula de uma bomba cluster CB-250-K para remover as submunições explosivas e destruí-las de modo seguro.

TECNOLOGIA DEFICIENTE

Grande parte das munições cluster presente atualmente nos estoques militares foi projetada no contexto da Guerra Fria. Como consequência, muitas são antigas e nada confiáveis. Em alguns modelos mais novos, os fabricantes integraram dispositivos de autodestruição para assegurar que as submunições se destruam caso não explodam como deveriam. No entanto, esses esforços estão aquém das expectativas. Tais dispositivos diminuíram o número de submunições não detonadas em testes controlados, mas a taxa real de falha nas batalhas continua muito alta, causando níveis significativos de contaminação. Uma proporção alarmante de submunições encontradas no solo do Líbano depois da guerra de 2006 havia sido projetada para a autodestruição.* Mas, assim como com o fusível primário, o mecanismo de autodestruição destas submunições também falhou nas situações de combate.

*Fonte: Coalizão contra Munições Cluster, Monitor de Munições Cluster de 2016, setembro 2016.

A CONVENÇÃO SOBRE MUNIÇÕES CLUSTER

A adoção da Convenção sobre Munições Cluster é um reconhecimento de que as munições cluster têm consequências terríveis e inaceitáveis para a população civil. É um marco nos esforços para lidar com o sofrimento que essas armas causam. A Convenção proíbe o uso, o desenvolvimento, a produção, o armazenamento e a transferência de munições cluster. Também estabelece prazos para os Estados Partes destruírem os seus estoques dessas armas (oito anos), após a ratificação ou adesão, e descontaminarem os seus territórios das submunições não detonadas (dez anos).

Além das proibições estipuladas e das disposições sobre a destruição de estoques e sobre os prazos para descontaminação, a Convenção inclui compromissos importantes relativos à assistência às vítimas. Os Estados Partes que possuem vítimas de munições cluster no seu território devem prestar-lhes assistência



F. Pagetti/CICV

Um adolescente, que foi gravemente ferido aos 12 anos por uma pequena bomba cluster, é tratado em um centro ortopédico de reabilitação.

à saúde, reabilitação e apoio psicológico, além de assegurar a inclusão socioeconômica de maneira não discriminatória. Os Estados Partes devem elaborar e implementar planos e políticas necessários para a assistência, bem como tomar medidas para mobilizar os recursos que precisam. Essas disposições – e a compreensão de que o termo “vítimas” inclui as pessoas, as suas famílias e as suas comunidades – constituem as obrigações mais abrangentes com relação à assistência às vítimas já incluídas em um tratado de Direito Internacional Humanitário (DIH).

As sólidas obrigações relativas à remoção das munições cluster e à assistência às vítimas ressaltam especialmente a importância das disposições sobre cooperação internacional: a ajuda internacional e outros recursos serão claramente necessários para alcançar as metas da Convenção. O tratado estipula aos Estados Partes que tenham esta possibilidade que prestem apoio técnico, material e financeiro para a

remoção das munições cluster, destruição dos estoques e assistência às vítimas. Tal assistência pode ser oferecida através do sistema das Nações Unidas; componentes do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho; organizações internacionais, regionais e nacionais, organizações não governamentais ou de forma bilateral por outros Estados.

A comunidade internacional, com a Convenção sobre Munições Cluster, está bem encaminhada para acabar com as mortes, lesões e sofrimento causados pelas munições cluster. Até agosto de 2016, mais de cem países – incluindo muitos que possuem estoques significativos dessas munições – ratificaram ou aderiram formalmente a esse tratado, com o qual progressos importantes estão sendo feitos em áreas fundamentais. Desde que o tratado entrou em vigor em 2010, 1,4 milhão de munições cluster, contendo mais de 172 milhões de submunições, foram eliminadas, evitando, desse modo, a



Uma operação de remoção de minas da Halo Trust em Angola.

mutilação de corpos e a destruição de vidas civis. Este número continuará aumentando à medida que mais Estados Partes cumpram com as suas obrigações de destruir os estoques. Além disso, até o final de 2015, mais de 325 metros quadrados de terreno foram descontaminados de resíduos de munições cluster e mais de 415 mil submunições não detonadas foram eliminadas no processo. Os Estados Partes com vítimas de munições cluster no seu território também estão implementando as exigências da Convenção relativas à assistência às vítimas. Atualmente, muitos Estados e organizações condenam publicamente o uso de munições cluster, contribuindo, desse modo, a uma maior estigmatização desse armamento.

Mesmo assim, ainda restam muitos desafios, em especial o de garantir que todos os Estados assinem a Convenção e coloquem um fim ao uso de munições cluster de uma vez por todas. Também é essencial assegurar que todas as pessoas que vivam em áreas remotas possam ter acesso aos serviços de assistência e que existam formas e recursos contínuos para auxiliar os

Estados contaminados com essas armas a cumprirem com as suas obrigações. Na Primeira Conferência de Revisão da Convenção, realizada em Dubrovnik, na Croácia, em setembro de 2015, os Estados Partes adotaram o Plano de Ação de Dubrovnik, que estabelece um marco para lidar com estes desafios e avançar com as metas da Convenção de maneira mais abrangente.

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) considera a Convenção sobre Munições Cluster um tratado de Direito Internacional Humanitário (DIH) ao qual todos os Estados devem aderir. O CICV faz um apelo aos Estados que ainda não ratificaram ou aderiram à Convenção que o façam o mais brevemente possível. Com esta Convenção, a comunidade internacional reconhece que as munições cluster são armas inaceitáveis.



M. Kokić/CRC

Uma operação de remoção de minas terrestres, munições cluster e outros explosivos de guerra na proximidade de um povoado afetado.

DETER AS ARMAS QUE CONTINUAM MATANDO

A Convenção sobre Munições Cluster é apenas um passo em direção a uma solução abrangente para os problemas causados por essas armas que “continuam matando” mesmo depois de o conflito armado terminar. Ainda há civis em demasiados países que são ameaçados pelas minas antipessoal e outros materiais bélicos não detonados e abandonados, inclusive munições cluster. Muito está sendo feito para minimizar o impacto dessas armas. As Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, o CICV, a Organização das Nações Unidas, as agências estatais e muitas outras organizações trabalham nos países afetados com descontaminação de áreas, conscientização dos riscos, assistência às vítimas e promoção do

Direito Internacional Humanitário (DIH), em especial da adesão à Convenção sobre Munições Cluster de 2008, ao Protocolo sobre Resíduos Explosivos de Guerra de 2003 e à Convenção sobre a Proibição de Minas Antipessoal de 1997. Avanços concretos vêm sendo feitos. Porém, o compromisso político e os recursos devem ser mantidos se quisermos lidar de modo efetivo com os perigos dos resíduos explosivos de guerra e o legado letal do uso de munições cluster e minas terrestres.

“Temos motivos para estarmos contentes com os avanços que ocorreram desde a entrada em vigor da Convenção sobre Munições Cluster. Porém, ainda há muito para ser feito se quisermos alcançar a nossa meta comum. Nas palavras da Convenção, esta meta consiste em pôr um fim, de uma vez por todas, ao sofrimento, às mortes e aos ferimentos causados pelas munições cluster.”

Christine Beerli

Vice-presidente, Comitê Internacional da Cruz Vermelha

Missão

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) é uma organização imparcial, neutra e independente cuja missão exclusivamente humanitária é proteger a vida e a dignidade das vítimas dos conflitos armados e de outras situações de violência, assim como prestar-lhes assistência. O CICV também se esforça para evitar o sofrimento por meio da promoção e do fortalecimento do direito e dos princípios humanitários universais. Fundado em 1863, o CICV deu origem às Convenções de Genebra e ao Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. A organização dirige e coordena as atividades internacionais que o Movimento conduz nos conflitos armados e em outras situações de violência.



CICV